

Vidas afegãs não importam

» VICTOR MISSIATO

Doutor e professor de história do Colégio Presbiteriano Mackenzie Brasília. Membro do Grupo de Estudos Intelectuais e Política nas Américas (Unesp/Franca)

No século 19, John Stuart Mill e Karl Marx, dois dos pensadores mais influentes do liberalismo e do socialismo, respectivamente, deixaram registrados suas impressões acerca do mundo oriental. Em *Sobre a liberdade*, o pensador inglês ressaltou que não poderia estender seus raciocínios aos indianos, pois eles possuíam um grau civilizacional inferior. Em 1853, Marx escreveu um artigo analisando o domínio britânico na Índia. Segundo o filósofo alemão, a destruição produzida pela Inglaterra faria sentido enquanto uma “revolução fundamental”, no que tange o desenvolvimento de um novo estado social. Desse modo, ciência, civilização e progresso preencheram a tríade do desenvolvimento mundial, alicerçado a partir de uma formação de modernidade eurocêntrica, independentemente da corrente política em formação.

Em sua obra clássica, *O Orientalismo*, Edward Said demonstrou como o discurso acerca do Oriente foi historicamente construído pelo Ocidente. De acordo com o intelectual palestino, “a exterioridade da representação é sempre regida por alguma versão do truismo de que, se o Oriente pudesse representar a si mesmo, ele o faria; como não pode, a representação cumpre a tarefa para o Ocidente e, *faute de mieux*, para o pobre Oriente”.

Trata-se de uma obra criticada por diversos autores, que veem em Said uma clara tentativa de transformar as potências ocidentais como responsáveis por toda a tragédia vivida pelo Oriente Médio, reduzindo o mundo a uma luta constante entre imperialistas euro-americanos e países subjugados. Tal visão de mundo percorre a maioria dos grandes centros universitários mundo afora, reproduzindo uma análise demasiadamente vulgar, porém sedutora.

A partir das teorias estabelecidas por Said e outros intelectuais, surgiu, nas últimas dé-



cadadas, um campo de estudo denominado pós-colonialismo. Os estudos pós-coloniais defendem, em geral, um distanciamento da leitura eurocêntrica do mundo e uma proposta de releitura da modernidade. Em princípio, trata-se de um projeto democratizante. Porém, no esteio desse empreendimento intelectual, encontra-se um projeto de poder que, posto em prática, traz à luz uma indiferença aterrorizadora.

Alguns dos principais movimentos so-

ciais que apoiaram o atual presidente Joe Biden nos Estados Unidos (EUA) estiveram associados ao “progressismo”, representantes atuais das bandeiras hasteadas em maio de 1968, quando uma geração propôs revolucionar a modernidade. Naquela conjuntura, filósofos, como Jean Paul Sartre e Michel Foucault, apoiaram movimentos autoritários como o guevarismo e o maóismo, apesar de terem conhecimento das atrocidades cometidas em Cuba e China. Trata-se, portanto, de um prolongamento da visão em que Marx parafraseia o escritor Goethe ao justificar as ações britânicas na Índia: “Essa tortura deveria nos atormentar, visto que nos traz maior prazer?” (“Sollte estes Qual uns quälen da sie unsre lust vermehrt”).

Modernidade, por conseguinte, sempre estará relacionada a progresso, desenvolvimento, ciência e violência, indiferença e representações dicotômicas. Nessa última semana, Joe Biden foi responsável por uma das cenas mais trágicas vistas nos últimos anos, quando afegãos caíram de aviões ao tentarem escapar do avanço dos talibãs. Vice-presidente de Barack Obama, o vencedor do Nobel 2009, que nunca sequer governou os EUA sem participar de uma guerra, Joe Biden parece manter essa política com um discurso progressista no plano nacional e um gatilho pronto para ser disparado em qualquer lugar na Ásia ou na África. Assim como ocorreu na Líbia, Síria e Iêmen, quando a dupla Obama-Biden esfacelou qualquer possibilidade de estabilidade social, Biden e Kamala Harris, vice-presidente, acenam para mais quatro anos de desastres políticos na esfera internacional. Ao contrário de todo apoio legítimo à luta contra o racismo, representado pelo movimento Black Lives Matter, para os Democratas, as vidas afegãs não parecem ter o mesmo valor.

Alteração no pagamento de precatórios e a imagem do Brasil em jogo

» DANIEL CARDOSO

Advogado em São Paulo, mestre em direito econômico e financeiro pela Universidade de São Paulo (USP) e diretor da Algarve Capital

O ministro Paulo Guedes apresentou, recentemente, uma Proposta de Emenda Constitucional com o suposto objetivo de equacionar o crescimento de 60,7% no orçamento destinado ao pagamento de precatórios. A proposta representa uma agressão aos direitos dos credores e é um retrocesso ao país. Sob o pretexto de resolver um suposto problema transitório (Orçamento de 2022), o texto altera permanentemente todo o sistema de pagamento judicial da União. A primeira proposição introduz uma moratória constitucional. A proposta parcela: (i) em até 10 anos, o precatório superior a R\$ 66 milhões e, (ii) em até 10 anos, os precatórios que, em ordem decrescente, somarem mais de 2,6% da receita corrente líquida do governo.

É evidente a ausência de necessidade de nova alteração na forma de pagamento dos precatórios em benefício da União, que jamais atrasou o pagamento de qualquer precatório. O suposto problema dos “superprecatórios” foi equacionado em 2016 pela EC 94, que autorizou o pagamento em seis parcelas anuais dos precatórios, cujo valor individual ultrapassasse 15% do montante previsto no Orçamento e a emissão de dívida para o financiamento de precatórios devidos pela União e demais entes federativos. Em 2020, a Lei nº 14.057 instituiu, também, a possibilidade de acordo entre credores de precatórios e a União, com o objetivo de aliviar os próximos orçamentos.

Os mecanismos constitucionais e legais existem. A fixação permanente do teto de 2,6% do orçamento acarretará inédito acúmulo histórico de dívida pela União, sob o pretexto de equacionar o Orçamento de 2022. Também foi criado o Fundo de Liquidação de Passivos da União, permitindo a an-

tecipação dos precatórios parcelados. Isso mesmo: o governo antecipará com deságio os precatórios que ele mesmo parcelou. Uma atitude um tanto quanto contraditória de um governo que, desde o início, sustentou a mínima intervenção na economia.

A segunda proposição trata do depósito em juízo do precatório, quando o credor for simultaneamente devedor da Fazenda, mesmo na hipótese em que tenha havido a cessação do precatório. A proposta abarca não somente os débitos do atual credor do precatório, mas, também, débitos do antigo credor, minando seriamente a segurança jurídica de seus detentores e adquirentes e comprometendo seu direito constitucionalmente garantido de negociá-los. O sistema de compensação já existe e: (i) atinge apenas os débitos do atual detentor do precatório e (ii) está restrito ao momento da expedição do precatório mediante manifestação da Fazenda. A própria exposição de motivos admite que a compensação de ofício já foi rechaçada pelo STF na procedência da ADI 4425. O governo reconhece a tentativa de contornar uma norma constitucional.

A terceira proposição altera o critério de correção dos precatórios para Selic, reduzindo drasticamente o valor dos precatórios que venham a ser parcelados, inclusive os já expedidos. A Selic não é índice de correção monetária e não reflete a corrosão da moeda. Trata-se de uma decorrência natural do direito de propriedade garantido na Constituição e impassível de ser suprimida por meio de PEC, na linha dos precedentes do STF, que têm historicamente definido a aplicação do IPCA. A aplicação da regra inclusive aos precatórios expedidos implica evidente mudança de regra no meio do jogo, com sérias e graves consequências à imagem do país, na con-

tramão de uma série de tantas outras promissórias nos últimos anos no sentido de aumentar a credibilidade, a estabilidade e o respeito às instituições e à separação dos Poderes.

A quarta proposição autoriza o Executivo a descumprir a regra de ouro das contas públicas sem aval específico do Congresso. A regra impede o endividamento do governo para o pagamento de despesas correntes, autorizando-o apenas quando destinado a investimentos públicos. É mais uma tentativa de contornar-se uma regra constitucional.

As inconsistências são sérias. Os afetados vão desde credores originais (aposentados, pensionistas etc.) até investidores nacionais e estrangeiros que aguardaram décadas e confiaram na estabilidade das regras. Em cenário de crise, a confiança do investidor é mais um elemento decisivo na alocação do investimento. Investidores terão seus retornos destruídos, aumentando a desconfiança daqueles que tenham o Estado na ponta pagadora. A postura ultrapassada se assemelha àquelas praticadas nas décadas de 1980 e 1990, e que geraram “esqueletos” cujos efeitos nocivos são sentidos até hoje. É um tiro no pé.

O parcelamento imotivado, a quebra da regra de ouro, a compensação com débitos do antigo detentor e a alteração do critério de correção sem a necessária recomposição do valor da moeda e da mora da União no pagamento de ações que perduram muitas vezes por 30, 40 anos, inviabiliza a segurança jurídica e o direito de propriedade. O Congresso tem em suas mãos o poder de ratificar a ideia de que o país pretende trilhar o caminho da confiança dos seus cidadãos e da comunidade internacional ou, simplesmente, adotar o caminho mais fácil e aprovar a proposta com finalidades meramente eleitorais.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Novo ensino médio e a ruptura com a universalidade do saber

Em meio à pandemia, que, daqui a pouco, completará dois anos, muitos brasileiros confessam estar não só cansados da clausura forçada, como se sentem alienados da realidade do mundo a sua volta. Para muitos, o mundo que conheciam antes da pandemia da covid está definitivamente morto. É em meio a esse sentimento que mistura a síndrome da caverna, provocada pelo isolamento social, que pais, alunos e professores pressentem que o futuro que planejavam para si e para os seus começou a ruir, sem que algo novo e seguro tenha sido colocado em seu lugar.

A incerteza quanto ao porvir tem trazido insegurança e desconfiança a essa parcela da sociedade, tornando ainda mais incerto que caminhos a educação de seus filhos tomará daqui para frente, num mundo em acelerada e tumultuada transformação. É nesse cenário, onde as dúvidas sobram, que estão sendo implantados em todo o país, a toque de caixa, os currículos do novo ensino médio (Enem), proposto pela Medida Provisória nº 746, de 2016.

É preciso lembrar que a prolongada pandemia e as incertezas quanto ao real calendário de retorno às aulas ocasionaram um outro fenômeno físico nas escolas públicas. Muitos desses estabelecimentos ou ficaram abandonados ou entraram num processo indefinido de reformas, sendo que boa parte dos edifícios, simplesmente, não está preparada para receber os alunos.

Quanto à implantação nessas escolas do novo material didático exigido pelo Enem, como é o caso de computadores e rede de informática, nada ainda foi feito. É nesse ambiente de incertezas e improvisações que os alunos, quando retornarem, de fato, às escolas, terão que conviver. De cara, terão que aceitar que a tal reformulação do ensino médio, no que pesem as possíveis boas intenções do legislador, excluiu universidade, docentes, escolas, pais e alunos de todo esse processo de renovação, o que pode conduzir toda a estratégia a um ponto de inflexão, forçando mudanças do ponto original de partida.

Alheios a toda essa transformação dos currículos, pais e alunos poderão se ver em meio a um novo modelo, elaborado para funcionar na prática, sobretudo, quando se verifica que a ausência de protagonismo dos professores é o que mais tem pesado para fazer dessas mudanças algo que vá de encontro à realidade do ensino público e acabe atropelando toda a política educacional proposta pelo Enem.

Apenas para se ter uma ideia sobre o assunto, a página do Congresso Nacional, que trata do tema, apurou, por meio do quesito de consulta pública, encerrada, que, entre os cidadãos ouvidos, 73.554 disseram não ao Enem. Somente 4.551 aprovaram as novas propostas para o ensino médio. Trata-se de um retrato pequeno para o universo nacional, mas diz muito sobre essas inovações relâmpagos. Também a exclusão dos alunos de todo esse processo tem pesado sobre sua aceitação e contradiz o que prega o próprio eixo do Enem, que afirma serem eles os principais protagonistas dessas alterações.

Com relação aos professores, a situação é ainda mais incerta. Para muitos deles, o Enem deveria ser precedido de formação de professores, que ainda é feita por áreas de conhecimento e não como prega o novo currículo, por competências e habilidades. Muitos professores alertam ainda para o perigo do aumento do distanciamento entre as escolas públicas e privadas, uma vez que estas continuaram a oferecer itinerários formadores com vistas ao ensino superior, ao passo que as escolas públicas correm o risco, por falta de recursos, de se transformarem em estabelecimentos voltados para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho e para o ensino profissionalizante. É tal a história, mal contada pelo atual ministro da Educação, de que as universidades são para poucos brasileiros. Há ainda muito chão pela frente a ser percorrido por essa proposta, caso queira o governo, que ela tenha um mínimo de aceitação e longevidade.

S.O.S, SUS

» Hoje é dia de as clínicas de hemodiálise apagarem as luzes em protesto relacionado ao baixo valor pago pelo SUS aos serviços prestados. Enaltecimento do SUS é, de fato, uma ação meritória. Mas hospitais e clínicas que se desdobram para que tudo funcione a contento não são devidamente reconhecidos.

Sem neura

» Difícil não estranhar o vermelho compartilhado nas bandeiras verde e amarelo espalhadas pela Esplanada dos Ministérios. Quem lê jornal logo pensa que a esquerda resolveu aprontar alguma antes de 7 de Setembro. Nada disso. Agora, todos conhecemos a bandeira da Guiné Bissau, mesmo que a estrela não esteja visível. Até o dia 28, Umaro Sissoco Embaló, presidente daquele país, estará em visita na capital.

Duas vias

» Uma bela matéria no *Globo Rural* mostrava uma fazenda com um cultivo diferente: água. Depois de muitos anos, resolveram estimular a volta das águas que secaram pelo mau uso da terra. E a natureza respondeu de braços abertos. No DF, um projeto incentivava produtores rurais a reflorestar áreas e criar cobertura vegetal que aumenta a infiltração da água na terra. Também está dando certo.

Valores

» Financiado pelo governo federal, o *Consultório de Rua* é uma boa ideia. Andarilhos, pedintes e pessoas vulneráveis podem ser assistidas pelo programa. Cabe aos governos a inscrição para acesso à verba. Dona Maria do Barro, se estivesse viva, ficaria feliz com a iniciativa. Estava sempre pensando em uma forma de tornar a vida dos moradores de rua menos sofrida. Ela foi uma pessoa que Brasília nunca deverá esquecer.

» História de Brasília

Como já faz muito tempo que foi inaugurada, e ninguém se lembra mais, é tempo de inaugurar novamente a Creche da 108, desta vez, acrescida de mais oito portas. (Publicada em 7/2/1962)